

Povos Indígenas no Brasil

Fonte ESTADO DE MINAS Class.: 896

Data 08/08/85 Pg.: _____

Presidente da Funai repudia ideia de conselho de notáveis

BRASÍLIA — A proposta do ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, de criar um conselho de notáveis, com poder deliberativo, para traçar a política indigenista nacional, foi contestada ontem pelo presidente da Funai, Gerson da Silva Alves. Ele disse que a idéia vai contra a política de descentralização que o próprio ministro quer imprimir ao órgão. "Seria aumentar a cabeça", observou.

Gerson Alves também se manifestou a favor da extinção do grupo interministerial criado pelo decreto 88.118/83 para definir as áreas indígenas. Na sua opinião, o "grupão" tira do órgão a prerrogativa assegurada pelo Estatuto do Índio, segundo a qual a demarcação das terras indígenas cabe à Funai. Sua tese é endossada pelo diretor do Patrimônio Indígena, engenheiro agrimensor Aureo Faleiros.

"O Aureo é muito competente", disse ainda Gerson Alves, ao comentar declaração do funcionário da Funai de que a demarcação das terras indígenas pode ser feita em três anos — e não em 40, como

afirmou o sertanista Orlando Villas Boas em encontro com Costa Couto na semana passada — se o órgão for provido de recursos e autonomia.

O "grupão", formado pelos Ministérios do Interior e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, além da Funai e Incra, vem encontrando dificuldades para se reunir, segundo Aureo Faleiros. Outro problema que atrasa a demarcação das terras, de acordo com Gerson Alves, são as contestações "na Justiça ou na marra". Nesse sentido, pediu que o governo assegure o cumprimento da lei, promovendo a desocupação imediata e definitiva das áreas demarcadas.

O presidente da Funai defendeu, ainda, que a delimitação de todas as áreas indígenas do País anteceda a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária. "A ansia das comunidades por uma solução para o problema de suas terras aguçou na Nova República e a Funai está sem recursos financeiros e humanos para atender a demanda", disse Gerson Alves.

O delegado-regional da Funai, Salomão Santos, contestou as declarações do deputado federal João Batista Fagundes (PMDB/RR), que denunciou a demarcação "ilegal" da reserva indígena Caiapó/Gorotire, no sul do Pará. Salomão classificou os funcionários da Funai de "gigolôs dos índios" e declarou estranhar a preocupação do deputado que, inclusive, se antecipou aos parlamentares paraenses. Já era de se esperar estas reações, principalmente vindas daqueles fazendeiros que estão situados na divisa da reserva", disse.

A Companhia de Terras da Mata Geral, segundo Salomão Santos, "está interessada na região exatamente pelo seu potencial aurífero, principalmente da área de Cumaruzinho. O problema é antigo e estes interessados, desde o início, tinham conhecimento de que a área era dos índios".

Os trabalhos de demarcação da reserva destinada à nação Caiapó estão parados até que sejam dirimidas dúvidas a respeito dos limites da fazenda Santa Catarina.